

## **A MERENDA PODE AJUDAR A SUPERAÇÃO DO FRACASSO ESCOLAR?**

Eliane Hollanda\*

### **Introdução**

Este trabalho aborda a questão do fracasso escolar a partir do exame das relações existentes entre nutrição e desempenho escolar e pretende contribuir para uma melhor avaliação do papel que a merenda escolar representa no dia-a-dia do aluno da escola pública.

A decisão de tratar a questão do fracasso escolar pelo ângulo específico destas relações se deve a dois tipos de consideração: em primeiro lugar, a constatação do fato de que, ainda hoje, é comum atribuir a problemas alimentares e nutricionais grande parcela de responsabilidade — senão a maior — no baixo rendimento escolar exibido pelos estudantes das escolas públicas. No entanto, o meio acadêmico educacional há algum tempo tenta superar esse paradigma de análise. Lembremos que a partir da década de 70 se consolida o estudo dos problemas de evasão e repetência escolar, em especial dos aspectos intra-escolares do fenômeno. Apesar dos esforços, no campo teórico, para promover o deslocamento das análises do fracasso escolar calcadas na responsabilização do indivíduo e sua família para o âmbito social e pedagógico, não se

\* Socióloga, mestre em educação, pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz/RJ.

pode dizer que esta abordagem tenha atingido sequer os grupos sociais mais diretamente ligados ao processo educativo (os vários segmentos profissionais ligados à tarefa educativa, os usuários do sistema público de ensino).

É possível dizer também que o fracasso escolar tem sido predominantemente considerado e tratado por estes grupos (e pela sociedade) não só como uma questão individual, mas como uma questão de saúde. A partir desta "classificação" ocorre uma superestimação da relação nutrição/aprendizagem como causa do fracasso escolar. Esta idéia tem sobrevivido a várias tentativas de crítica e relativização.

Em segundo lugar, a constatação de que há, cada vez mais, a necessidade de refinar os estudos sobre o tema, pela mudança no enfoque analítico tradicional e pela multiplicação de estudos particularizados sobre a questão. Quanto mais as análises buscarem uma relação de "sintonia fina" com o tema em questão, maiores serão as chances de intervir adequadamente sobre o fracasso escolar.

### **O problema**

Há pelo menos quase duas décadas, o exame das relações existentes entre nutrição e desenvolvimento infantil e suas conseqüências negativas sobre o desempenho escolar têm sido questionadas, ou, pelo menos, relativizadas (Brozek, 1979). Os trabalhos pioneiros produzidos no Brasil em meados da década de 80 por Moysés, Zanetta de Lima e Collares criticaram severamente a importância atribuída à variável desnutrição na produção do fracasso escolar, isto é, às altas taxas de evasão e

repetência encontradas nas escolas públicas. Seus argumentos baseavam-se no fato de que levantamentos feitos em escolas de periferia de várias regiões do País indicavam que um percentual entre 20% e 45% dos alunos apresentava sinais de desnutrição progressiva ou atual. Como as taxas de repetência e evasão escolar alcançavam, especialmente nas primeiras séries do 1º grau, de 50% a 70% dos alunos, a conclusão que se impunha era a de que, isoladamente, a desnutrição não explicava a questão do fracasso escolar. Os autores consideravam, até pela impossibilidade técnica de isolar no homem os efeitos da desnutrição dos efeitos de fatores econômicos, sociais e culturais, que a má nutrição nos escolares deveria ser analisada em conjunto com outros fatores constituintes de um "complexo de doença social" responsável pelo mau desempenho escolar (Moysés, Lima, Collares, 1986, p.98).

Esses mesmos autores lembraram a necessidade de distinguir conceitualmente fome de desnutrição. Segundo Leão (1983), os casos de desnutrição são classificados de acordo com a quantidade de peso perdido pela criança. Existem, portanto, graus de desnutrição e não "desnutrição", apenas. Na desnutrição de 1º grau (ou leve), o peso da criança se encontra entre 10% e 25% abaixo do esperado para a sua idade. A desnutrição de 2º grau (moderada) caracteriza-se pela perda de peso corporal entre 25% e 40% do peso total. E a desnutrição de 3º grau (grave) é aquela em que a criança está 40% ou mais abaixo do esperado.

Essa distinção é importante para a compreensão das relações entre nutrição e fracasso escolar, porque somente a desnutrição grave pode, em tese e sob determinadas condições, afetar

irreversivelmente o cérebro e a capacidade de aprender do indivíduo. A desnutrição leve, a que mais incide sobre a população, não causa alterações na estrutura e nas funções do cérebro. O organismo consegue reequilibrar-se sacrificando o peso e a altura do indivíduo, preservando, assim, a integridade de seu órgão mais nobre.

Isso significa que, mesmo se alimentando mal e sofrendo um certo grau de desnutrição, a criança possui condições neurológicas satisfatórias de aprendizagem.

É por esta razão que se torna importante, do ponto de vista conceitual, distinguir desnutrição de fome; esta, a situação mais encontrada entre a população brasileira.

É possível definir fome como:

*A deterioração do estado de saúde e/ou desempenho produtivo e social de indivíduos resultante de uma ingestão de alimentos ou de baixa qualidade ou do tipo errado, ou ambos (Jonsson, 1986, p.50).*

O conceito possui dupla dimensão temporal: a relativa a um estado de fome que cronifica ("a deterioração do estado de saúde") e a relativa a um estado de fome circunstancial ("... e/ou desempenho produtivo"). É o estado de fome circunstancial, a "fome do dia", que mais atinge o escolar e se sobrepõe ao seu estado nutricional geral. E, portanto, a questão da fome imediata que mais interessa à reflexão sobre o papel da merenda na escola pública.

## Alguns dados sobre a situação da fome no Brasil

Trabalhos recentes produzidos na área da saúde, elaborados com a finalidade de traçar um panorama da situação sanitária na década de 80, oferecem contribuições importantes para a discussão do tema. Esses trabalhos foram baseados em informações coletadas em inquéritos nutricionais, realizados entre as décadas de 60 e 80<sup>1</sup>, e em dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e pelo Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde (SIH/ SUS)<sup>2</sup>. Resumiremos aqui suas principais conclusões no que dizem respeito ao tema em questão.

<sup>1</sup> Os autores do artigo "Mudanças no Padrão de Alimentação" utilizaram dados dos seguintes inquéritos nutricionais:

POF — 1961/1963 — pesquisa domiciliar de orçamento familiar executada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

ENDEF — 1974/1975 (Estudo Nacional de Despesa Familiar) — pesquisa domiciliar realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

POF — 1987/1988 — pesquisa de orçamento familiar executada pelo IBGE.

Os autores do artigo "Evolução da Desnutrição Infantil" utilizaram os dados do ENDEF (IBGE) e da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), realizada pelo IBGE entre junho e setembro de 1989.

O tamanho das amostras, locais pesquisados e as características das pesquisas estão detalhados nos artigos.

<sup>2</sup> O banco de dados do SIM tem abrangência nacional, e o do SIH/SUS inclui os hospitais contratados e filantrópicos a partir de 1984, os hospitais universitários públicos e privados a partir de abril de 1988 e demais hospitais públicos (federal, estaduais e municipais) a partir de setembro de 1989. (Buss, Paulo M. — "Assistência Hospitalar no Brasil" (1984/1991) — Informe Epidemiológico do SUS, n.2, p.5-17, 1993. Citado pelas autoras do artigo Fome: um drama silencioso.

## Quanto à evolução da desnutrição no Brasil

— A prevalência<sup>3</sup> de desnutrição entre crianças menores de 5 anos aferidas pelos inquéritos nacionais de 1975 e 1989 reduziu-se em mais de 60%. Em termos percentuais, a população de desnutridos de até 5 anos caiu de 18,4% para 7,1%. Em termos absolutos, essa queda significa que mais de um milhão de crianças superaram a situação de desnutrição (Monteiro et al., 1995, p.96).

— Permanecem as desigualdades regionais na redução da prevalência da desnutrição. As regiões mais afetadas são o Norte e o Nordeste, e as famílias mais atingidas são as mais pobres. Como a situação evoluiu favoravelmente em outras regiões, o hiato existente entre o Norte e o Nordeste e o restante do País aumentou (Monteiro et al., 1995, p.99).

O conceito de *prevalência* é uma das ferramentas básicas da Epidemiologia, ciência que estuda a distribuição das doenças e suas causas em populações humanas" (Almeida Filho, Rouquayrol, 1990), identificando sua gênese etiológica. Difere da clínica que se dedica ao estudo da doença no indivíduo. Em Epidemiologia, *prevalência* pode ser "definida simplesmente como a proporção de casos de uma certa doença (ou evento relacionado à saúde) em uma população delimitada, em um tempo determinado". A frequência absoluta dos casos de uma doença é sua expressão mais simples. Exemplo: "A 31 de dezembro de 1979, havia no Rio Grande do Sul 3.195 casos registrados de hanseníase". As definições e os exemplos foram retirados do livro Introdução à Epidemiologia Moderna, p.454-55.

### *Quanto à evolução da morbimortalidade por desnutrição*

— O risco de morrer por desnutrição na infância é de 9,59/10.000 habitantes nos menores de um ano e de 0,52/10.000 até 5 anos (Bittencourt, Magalhães, 1995, p.272).

### *Quanto a mudanças no padrão de alimentação*

— Os inquéritos nutricionais levados a efeito entre as décadas de 60 e 80 não evidenciaram queda no consumo energético total das famílias brasileiras.

— Houve um aumento do consumo relativo de produtos de origem animal.

— Houve aumento na ingestão de lipídios (um tipo de gordura) por parte da população, o que sugere a melhoria da situação de desnutrição infantil associada à dieta com baixa densidade calórica (Mondini, Monteiro, 1995, p.85-88).

Embora esses dados não considerem os primeiros seis anos desta década, mas os dados dos anos 80, podemos pensar que estas conclusões continuam válidas. Entre 1970 e 1988, as redes de água e esgoto praticamente dobraram sua capacidade de cobertura, o mesmo acontecendo com a cobertura vacinal dispensada às crianças. O número de médicos ocupados (por 1.000 habitantes) e de consultas médicas também dobrou neste período.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

Sabemos que estes dados exprimem médias e não refletem com exatidão a realidade da distribuição dos serviços. A velocidade desigual destes avanços nas diferentes regiões brasileiras atesta isso. No entanto, o impacto desses serviços, uma vez instalados, tende a ser duradouro. Observamos também que o percentual de indivíduos vivendo com salários menores que um quarto do salário mínimo (esse valor configura a linha da "pobreza absoluta") reduziu-se cerca de 30% entre 1970 e 1986. A população brasileira passou a crescer mais lentamente nas últimas duas décadas, o que significa menor pressão de demanda sobre serviços e programas de saúde infantil.

Embora o padrão de vida da maioria dos brasileiros seja baixíssimo, o impacto destas mudanças sobre o conjunto da população foi suficientemente forte para, por exemplo, melhorar a situação de alguns segmentos, entre eles o infante-juvenil.

Vistos por outro ângulo, esses indicadores reforçam a idéia de que a questão do fracasso escolar não pode ser explicada, de forma substantiva, por razões alimentares/nutricionais.

### **Fracasso escolar: negação da cidadania**

A magnitude do fracasso escolar indica que este é um problema social, embora se manifeste de maneira individual. Sugere que as causas do problema estão em outro lugar que não os indivíduos, que estes mais as refletem do que as determinam. Descobrir que lugar é esse, operar esse deslocamento teórico, cria a possibilidade de análises que expliquem melhor o fracasso escolar.

Os custos da evasão e da repetência são muito altos para a sociedade. Ao não completar as oito séries do 1º grau em oito anos, o contingente de reprovados impede que as vagas do ensino público sejam oferecidas a outras crianças que querem entrar no sistema. Significa um desperdício de verba pública. Expressa também a dificuldade da escola em adequar seu ensino aos alunos vindos das camadas mais pobres da população. E como se ela conseguisse sempre chegar a um efeito perverso, oposto ao que pretendia: ao invés de promover a formação intelectual do seu aluno e ampliar suas possibilidades profissionais futuras, chega a exclusão desse indivíduo. O fracasso escolar representa a negação de um dos mais elementares direitos de cidadania: o direito à educação.

A escola deve ser pensada como um equipamento público ao qual todo cidadão deve ter acesso da mesma forma que a outros equipamentos (como pavimentação, redes de água e esgoto e coleta de lixo). É necessário que a população passe a ver a educação como um direito e também como um serviço que, como qualquer outro, deve funcionar adequadamente. O fracasso escolar deve ser visto como *mau funcionamento* da escola pública. Neste contexto, cabe discutir: a merenda ajuda a superar o mau funcionamento da instituição?

### **Merenda escolar: um direito do cidadão**

Este texto procurou fornecer argumentos que indicassem que uma análise produtiva da questão do fracasso escolar não pode ser sustentada na afirmação de que a má alimentação ou a desnutrição inviabilizam o aprendizado escolar.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995

Não se trata aqui de negar a existência da fome e da desnutrição no País. Trata-se, sim, de relativizar sua importância para o bom desempenho escolar.

Apontar a situação de fome/desnutrição como argumento explicativo central do fracasso escolar é cair numa espécie de "armadilha sociológica", que leva a pensar que a escola deve, prioritariamente, alimentar seus alunos, pois do contrário, eles não terão condições de estudar. Nesse caminho, perde-se o central da questão: prioritariamente, a escola tem de ministrar conteúdos a seus alunos.

A questão do fracasso escolar é uma questão pedagógica no âmbito sociocultural e uma questão de cidadania no âmbito sociopolítico. A superestimação do binômio nutrição/aprendizagem serve como um "escudo científico" que esconde o fracasso não do aluno, mas do sistema educacional enquanto materialização de uma política pública e da escola na sua tarefa de educar os cidadãos das classes populares.

A merenda escolar, como se sabe, é uma *suplementação* alimentar que a escola oferece—por exigência de decreto federal promulgado nos anos 70—e como tal deve ser encarada. Não pode ser pensada como "auxílio aos carentes" nem como forma de combate à fome ou à deficiência nutricional, mas apenas como direito do cidadão que frequenta a escola por um período de tempo longo, o que torna necessário que ele se alimente no local onde estuda. Em países desenvolvidos ou em escolas de tempo integral, a merenda é considerada apenas mais um momento da rotina escolar.

Encarar a merenda como auxílio implica reconhecer que nem todos os indivíduos têm *status* de cidadão, já que este tem o direito de alimentar-se. É reconhecer no "carente" um cidadão de segunda

categoria. O cidadão é de segunda classe porque é carente ou é carente porque é de segunda classe? Implica também desonerar o Estado da função de planejador da vida econômica e social e de responsável por medidas que permitam a população ter acesso a um padrão de vida digno.

O papel da merenda escolar vem sendo, através do tempo, deslocado de sua função original. Esse deslocamento ajuda a mascarar problemas centrais da instituição Escola. A merenda escolar auxiliará a superação do fracasso escolar à medida que recupere seu papel supletivo e deixe de ser, no cenário educativo, mais uma "idéia fora de lugar".

#### Referências bibliográficas

ALMEIDA FILHO, Naomar, ROUQUAYROL, Maria Zélia. *Introdução à epidemiologia moderna*. Salvador: APCE; Rio de Janeiro: Abrasco, 1990.

BITTENCOURT, Sônia Azevedo, MAGALHÃES, Rosana Ferrari. Fome: um drama silencioso. In: MINAYO, Maria Cecília S. *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

BROZEK, Josef. Nutrição, desnutrição, comportamento. *Cadernos de Pesquisa*, n.29. São Paulo, 1979.

COHN, Amélia et al. *A saúde como direito e como um serviço*. São Paulo: Cortez, 1991.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

JONSSON, Urban. As causas da fome. In: VALENTE, Flávio Luís S. *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez, 1986.

LEÃO, Ennio et al. *Pediatria ambulatorial*. Belo Horizonte: UFMG Imprensa Universitária, 1983.

MONDINI, Lenise, MONTEIRO, Carlos Augusto. Mudanças no padrão de alimentação. In: MONTEIRO, Carlos Augusto. *Velhos e novos males de saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. São Paulo: Hucitec: NUPENS/USP, 1995.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Evolução da desnutrição infantil. In: MONTEIRO, Carlos Augusto. *Velhos e novos males de saúde no Brasil: a evolução do país e de suas doenças*. São Paulo: Hucitec: NUPENS/USP, 1995.

MOYSÉS, Maria Aparecida A., LIMA, Gérson Zanetta de, COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Desnutrição, rendimento escolar, merenda: uma querela artificial. In: VALENTE, Flávio Luís S. *Fome e desnutrição: determinantes sociais*. São Paulo: Cortez, 1986.

PATTO, Maria Helena S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1990.